RELATÓRIO DE GESTÃO

Exercício 2024

INSTITUTO FEDERAL
Mato Grosso do Sul

SUMÁRIO

MENSAGEM DA REITORA 5

1. VISÃO ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

1.1 Identificação 17
1.2 Missão, Visão e Valores 20
1.3 Normas e Direcionadores 21
1.4 Estrutura Organizacional e de Governança 22
1.5 Modelo de Negócios 26
1.6 Cadeia de Valor 29
1.7 Políticas e Programas de Governo 34
1.8 Contratos de Gestão 40
1.9 Ambiente Externo 44
1.10 Materialidade das Informações 51

2. RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS

2.1 Contexto da Gestão de Riscos 54
2.2 Política de Gestão de Riscos 55
2.3 Estrutura do Modelo de Gestão de Riscos 58
2.4 Desafios e Perspectivas 62
2.5 Análise Preliminar dos Riscos dos Objetivos Estratégicos 65

3. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

3.1 Estratégia Institucional 68
3.2 Estrutura de Governança 70
3.3 Resultados e Desempenho da Gestão 82
3.3.1 Indicadores de Governança e Gestão Pública 83

SUMÁRIO

3.3.2 Resultados por Indicadores de Gestão 87
3.3.3 Resultados e Objetivos Estratégicos 90
3.4 Resultados das Principais Áreas de Atuação 93
3.4.1 Gestão de Ensino 94
3.4.2 Gestão de Pesquisa, Inovação, Empreendedorismo e Pós-Graduação 133
3.4.3 Gestão de Extensão 157
3.4.4 Gestão de Desenvolvimento Institucional 175
3.4.5 Gestão de Administração e Planejamento e Gestão Orçamentária e Financeira 191
3.4.6 Gestão de Tecnologia da Informação 220
3.5 Gestão de Governança de Pessoal 224

4. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

4.1 Setor de Contabilidade 239
4.2 Normas e Técnicas Adotadas 240
4.3 Demonstrações Contábeis 243
4.3.1 Balanço Patrimonial 244
4.3.2 Demonstrações das Variações 257
4.3.3 Balanço Orçamentário 261
4.3.4 Balanço Financeiro 266
4.3.5 Fluxos de Caixa 268
4.4 Esclarecimentos Contábeis 272
4.5 Declaração Anual do Contador 273

SUMÁRIO

5. ANEXOS E APÊNDICES

5.1 Anexos Gerais **277**

5.1.1 Anexos Gerais - Gestão de Administração e Planejamento e Gestão Orçamentária e Financeira **278**

5.1.2 Anexos Gerais - Gestão de Desenvolvimento Institucional **280**

5.2 Apêndices Detalhados **244**

5.2.1 Apêndices Detalhados - Gestão de Ensino **285**

5.2.2 Apêndices Detalhados - Gestão de Desenvolvimento Institucional **319**

INSTITUTO FEDERAL
Mato Grosso do Sul

CAPÍTULO 2

RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS

2.1 CONTEXTO DA GESTÃO DE RISCOS

Ao longo dos anos, o IFMS tem trabalhado para estruturar um modelo de gestão de riscos alinhado às práticas de governança e compliance. Esse processo envolve a implementação de mecanismos para identificação, avaliação e monitoramento de eventos que possam impactar os objetivos estratégicos da instituição.

Um dos desafios enfrentados foi a rotatividade de responsáveis pela condução do processo e implementação da gestão de riscos, assim como pelo trabalho nos setores para o mapeamento de processos. Além disso, em reuniões com integrantes do Fórum de Desenvolvimento Institucional e representantes da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec), constatou-se que outros Institutos Federais também enfrentam dificuldades relacionadas ao mapeamento de processos e à gestão de riscos. Ainda assim, o IFMS segue buscando aprimorar a gestão de riscos em sua estrutura organizacional.

A seguir, estão destacados os principais marcos e avanços tanto no âmbito do governo federal quanto no contexto institucional.

2016

Instrução Normativa Conjunta MP/CGU n. 01/2016, que dispõe sobre controles internos, gestão de riscos e governança no âmbito do Poder Executivo federal.

2017

Decreto n. 9.203, de 2017, que dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

2017

Instituição da **Política de Gestão de Riscos do IFMS** pela Resolução Cosup/IFMS n. 029, de 11 de maio de 2017.

2017

Portaria Reitoria/IFMS n. 116, de 30 de janeiro de 2017, que cria o **Comitê de Governança, Riscos e Controles do IFMS.**

2021

Portaria Reitoria/IFMS n. 1.334, de 16 de dezembro de 2021, que cria a **Comissão Permanente de Gestão de Riscos.**

2023

Atualização da Política de Gestão de Riscos do IFMS pela Resolução Cosup/IFMS n. 47, de 26 de julho de 2023.

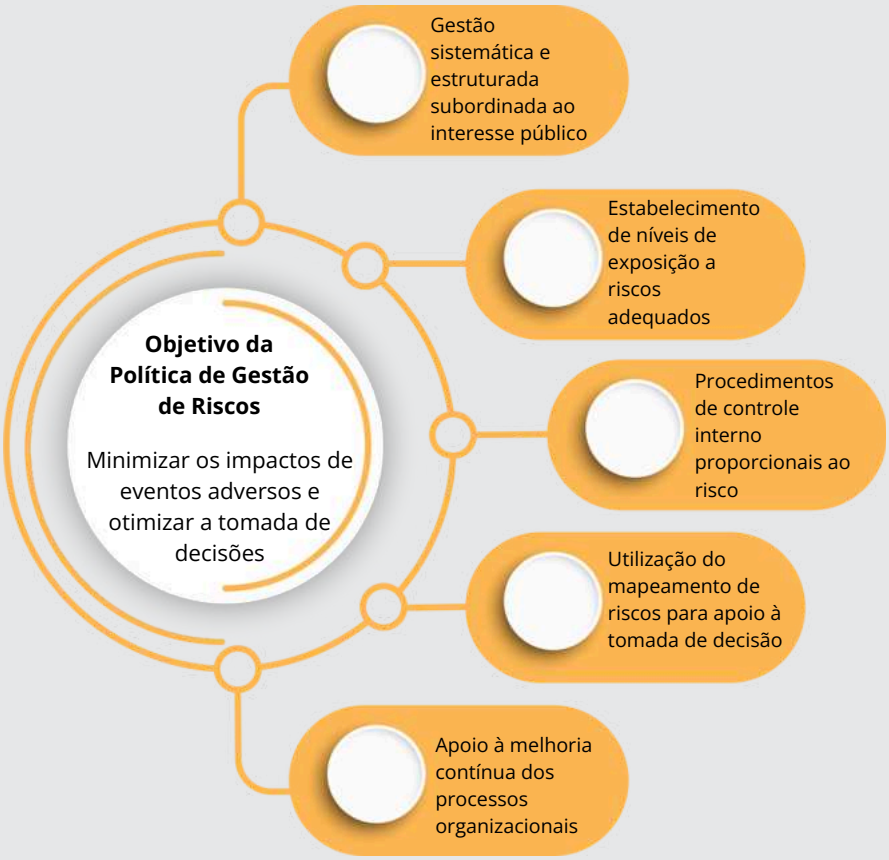
2024

Criação do **Núcleo de Gestão de Riscos,** vinculado à Diretoria de Gestão Sistêmica, Governança, Riscos, Transparência e Inovação Pública (Digov).

2.2 POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCOS

A Política de Gestão de Riscos estabelece diretrizes fundamentais para minimizar os impactos de eventos adversos e otimizar as decisões institucionais, contribuindo para o alcance dos objetivos estratégicos da instituição. Aplica-se a todos os campi e à Reitoria, estando especialmente integrada ao planejamento estratégico do IFMS.

Os principais objetivos da Política incluem garantir que os responsáveis pela tomada de decisão tenham acesso a informações sobre os riscos de forma oportuna, reduzir os riscos a níveis aceitáveis, aumentar a probabilidade de alcançar metas institucionais e aprimorar processos organizacionais por meio do tratamento adequado dos riscos. Esses objetivos são apoiados por princípios como gestão estruturada, alinhada ao interesse público, integração da gestão de riscos aos processos organizacionais e priorização da melhoria contínua.



Estrutura da Gestão de Riscos

Política de Gestão de Riscos

2.2 POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCOS

Entre as diretrizes estabelecidas pela Política, destacam-se a proteção e valorização dos ativos institucionais, a promoção de uma cultura de gestão de riscos e a capacitação contínua dos servidores. Essa capacitação contempla aspectos estratégicos, operacionais, financeiros, ambientais e de integridade. Para cada risco identificado e avaliado, devem ser estabelecidas respostas, como: compartilhar/transferir, aceitar, reduzir/mitigar e evitar.

O documento também reforça a necessidade de uma comunicação clara e da integração de práticas de gestão de riscos em todos os níveis da instituição, promovendo maior conscientização entre servidores e partes interessadas.

No que se refere à supervisão da aplicação da Política, o Comitê de Governança, Gestão de Riscos e Controle Interno (CGGRCI) desempenha papel central, acompanhando a implementação de medidas e promovendo a integração entre agentes institucionais. O gerenciamento de riscos deve ser gradualmente implementado em todos os processos de trabalho da instituição.

Ciclo simplificado da Gestão de Riscos

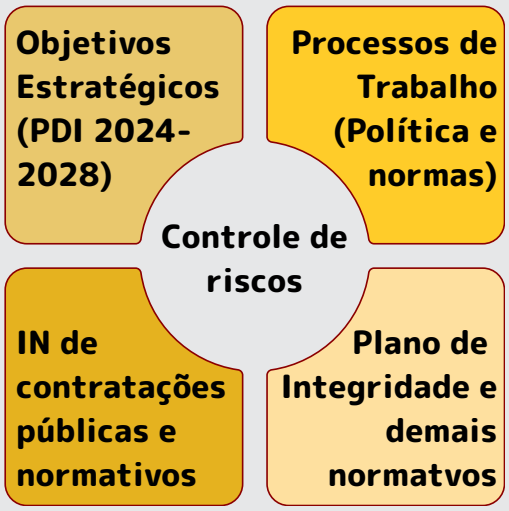
Tipologias de Riscos

- **Riscos estratégicos:** associados às decisões de alto nível que afetam a instituição
- **Riscos financeiros:** relacionados à gestão de recursos financeiros e orçamentários
- **Riscos de integridade:** relacionados a atos ilícitos e desvios de conduta
- **Riscos ambientais:** relacionados ao impacto das atividades da instituição no meio ambiente
- **Riscos operacionais:** ligados às atividades cotidianas da instituição
- **Riscos de imagem e reputação:** associados à percepção pública da instituição
- **Riscos legais e conformidade:** associados ao não cumprimento de leis, regulamentos e normas

2.2 POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCOS

Além de tipologias de riscos, diretrizes, objetivos e princípios, o documento também aborda o tratamento de riscos na instituição, que é realizado por meio de quatro instrumentos:

- controle de riscos dos objetivos estratégicos institucionais, previstos no PDI 2024-2028, em conformidade com a Política de Gestão de Riscos do IFMS e demais normativos pertinentes;
- controle de riscos em processos de trabalho, alinhado à Política de Gestão de Riscos do IFMS e aos normativos aplicáveis;
- controle de riscos em contratações públicas, conforme Instrução Normativa MPOG n. 05, de 2017, e demais normativos pertinentes; e
- controle de riscos de integridade, em consonância com a Política de Gestão de Riscos, o Plano de Integridade do IFMS e demais normativos relacionados.



Embora o processo de gerenciamento de riscos por meio de ferramenta específica aprovada pelo CGGRCI — o sistema ForRisco — ainda não esteja plenamente operacional, o IFMS já adota, há algum tempo, práticas alinhadas às orientações da CGU e do TCU. Entre essas práticas, destacam-se as avaliações de riscos e o mapeamento em processos de contratações públicas.

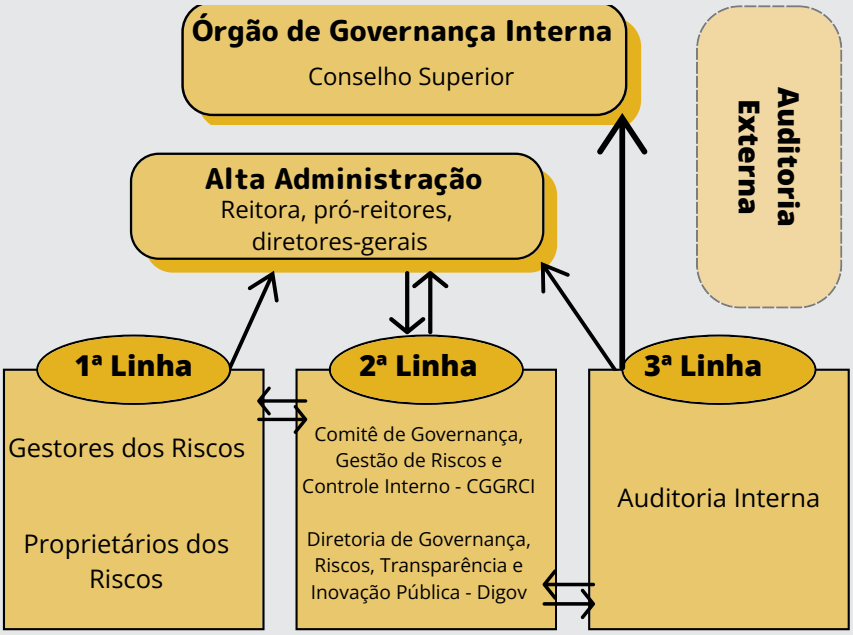
A gestão de riscos nas contratações tem como objetivo prevenir tanto irregularidades processuais quanto o direcionamento de recursos financeiros para contratações que não estejam alinhadas aos instrumentos de planejamento institucional.

A nova versão da Política de Gestão de Riscos foi analisada pelo CGGRCI em agosto de 2024, sendo aprovada em reunião do Conselho Superior realizada em dezembro de 2024 — Resolução Cosup/IFMS n. 1, de 21 de janeiro de 2025.

Entre as principais alterações da Política estão: o cumprimento das exigências do art. 17 da Instrução Normativa Conjunta MP/CGU n. 01, de 2016, que define os requisitos mínimos para uma Política de Gestão de Riscos; a inclusão da Diretoria de Gestão Sistêmica, Governança, Riscos, Transparência e Inovação Pública (Digov) na estrutura de gestão de riscos institucional, com base na recente atualização do Regimento Geral; a definição das instâncias responsáveis pela gestão de riscos; a inclusão de novos responsáveis; e ajustes na nomenclatura dos atores envolvidos no processo.

2.3 ESTRUTURA DO MODELO DE GESTÃO DE RISCOS

A estrutura de gestão de riscos do IFMS é baseada no modelo de Três Linhas, proposto pelo *The Institute of Internal Auditors* (IIA) em 2013 e revisado em 2020. A implementação desse modelo, com as devidas adaptações para se adequar às estruturas de governança da instituição, está ilustrada abaixo.



Legenda:
: Prestação de contas e reporte.
: Delegação, orientação, recursos e supervisão.
: Alinhamento, comunicação, coordenação e colaboração.

O modelo das Três Linhas é uma abordagem eficaz para aprimorar a comunicação no gerenciamento de riscos e controles, definindo claramente os papéis e responsabilidades de cada área.

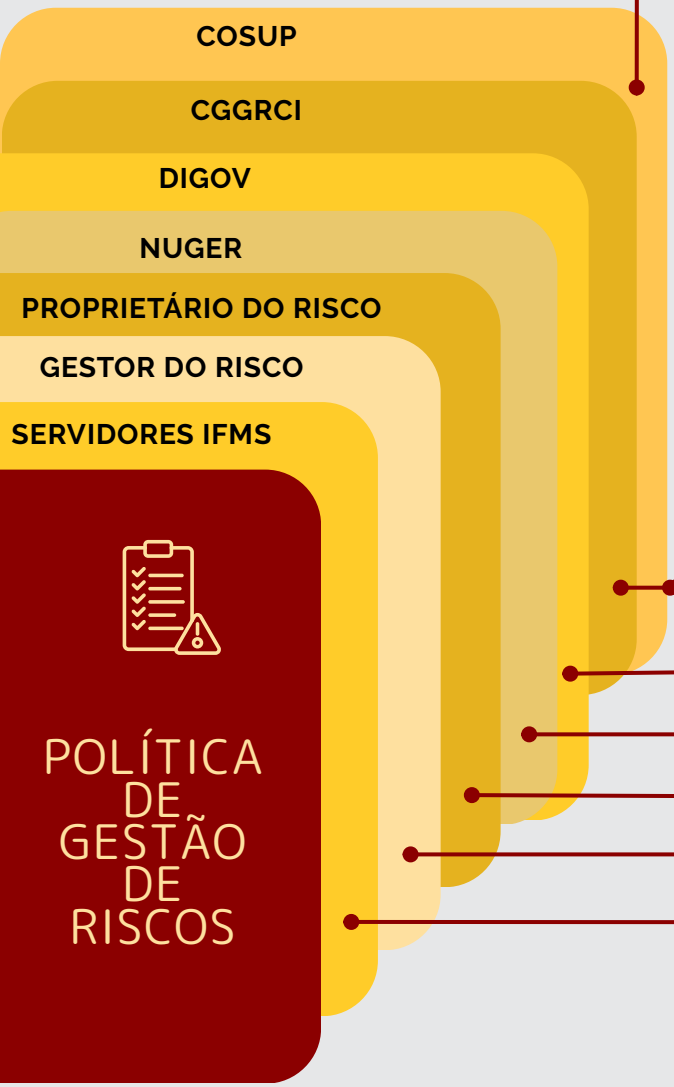
A Primeira Linha é responsável pelo gerenciamento direto dos riscos, enquanto a Segunda Linha, atuando como guardiã do processo, supervisiona e promove as melhores práticas. A Terceira Linha, representada pela Auditoria Interna, avalia a eficácia das duas primeiras linhas. Cada uma dessas linhas desempenha um papel distinto na governança organizacional.

Os responsáveis pelo gerenciamento de riscos no IFMS são:

- Primeira Linha: proprietários e gestores de riscos, encarregados da identificação, avaliação, tratamento e monitoramento dos riscos;
- Segunda Linha: Digov, CGGRCI e Diretoria de Controladoria e Custos (Dircc). As duas primeiras, Digov e CGGRCI, são responsáveis pela supervisão e definição de diretrizes para a gestão de riscos, assegurando sua eficácia institucional. A Dircc, mesmo não estando na Segunda Linha da Política de Gestão de Riscos, apoia a análise de dados financeiros e de custos, ajudando a mitigar riscos financeiros e orçamentários; e
- Terceira Linha: Auditoria Interna, que realiza auditorias independentes e monitora a eficácia dos processos de gestão de riscos e controles internos.

2.3 ESTRUTURA DO MODELO DE GESTÃO DE RISCOS

Abaixo, apresentam-se os atores envolvidos na Política de Gestão de Riscos do IFMS e as respectivas responsabilidades.



COSUP
Órgão máximo do IFMS, o Conselho Superior é o responsável por aprovar a Política de Gestão de Riscos e suas atualizações.

CGGRCI
O Comitê de Governança, Gestão de Riscos e Controle Interno, analisa e aprova o Relatório de Gestão de Riscos, além de coordenar a implementação e manutenção da gestão de riscos na instituição.

DIGOV
A Diretoria de Gestão Sistêmica, Governança, Riscos, Transparência e Inovação Pública coordena a aplicação da política, presta suporte técnico, consolida relatórios e propõe melhorias contínuas para a gestão de riscos no IFMS.

NUGER
O Núcleo de Gestão de Riscos auxilia tecnicamente na execução da Política, apoia a identificação e o monitoramento de riscos, elabora normativos e promove capacitações para servidores.

PROPRIETÁRIO DO RISCO
Toma decisões estratégicas sobre os riscos, aprova respostas aos problemas, aloca recursos necessários e supervisiona a atuação dos gestores de risco.

GESTOR DO RISCO
Identifica, avalia e monitora os riscos em sua área, implementa planos de mitigação e reporta as informações ao Proprietário do Risco e ao Núcleo de Gestão de Riscos.

SERVIDORES
Devem seguir as diretrizes da política, identificar e tratar riscos em suas áreas, sendo responsáveis por eventuais impactos decorrentes do não cumprimento das normas.

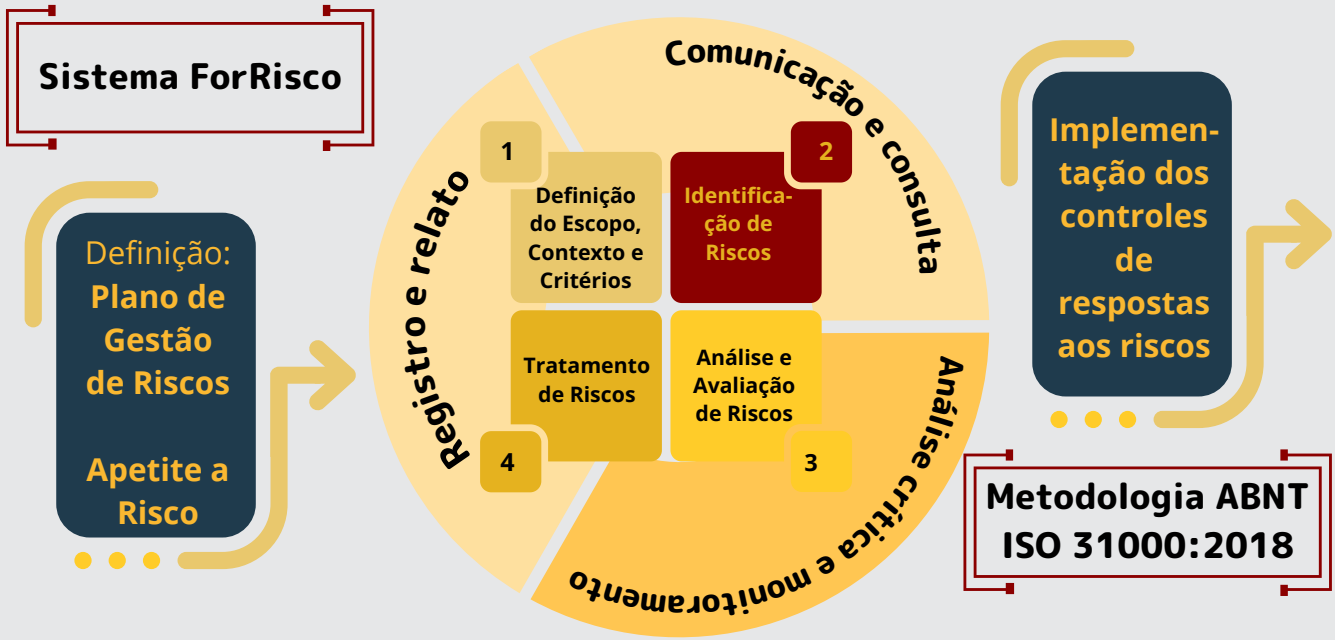
2.3 ESTRUTURA DO MODELO DE GESTÃO DE RISCOS

A Política de Gestão de Riscos do IFMS possui documentos complementares, tais como o Manual de Gestão de Riscos, que apresenta a metodologia e a ferramenta de apoio para o gerenciamento de riscos; o Relatório de Gestão de Riscos, que deverá contemplar a identificação e avaliação dos riscos, apresentando uma análise detalhada dos riscos identificados conforme a metodologia adotada pela instituição; e outras normas, manuais e procedimentos complementares que se fizerem necessários para a implementação e manutenção da gestão de riscos na instituição.

MANUAL DE GESTÃO DE RISCOS

Aprovado pelo Comitê de Governança, Gestão de Riscos e Controle Interno (CGGRCI) em reunião realizada em 29 de agosto de 2024, o Manual de Gestão de Riscos do IFMS foi elaborado para apresentar, aos servidores, as normas e os conceitos básicos relacionados ao tema, a estrutura da gestão de riscos, a metodologia do processo de gerenciamento de riscos e a ferramenta tecnológica que deve ser utilizada nesse contexto. A intenção é que o Manual seja utilizado como referencial para consultas rápidas e se torne uma ferramenta prática e de fácil entendimento, com foco no apoio a servidores quanto ao aprimoramento contínuo da gestão de riscos na instituição.

Processo de Gerenciamento de Riscos e Controles



Para o processo de gerenciamento de riscos no IFMS, o CGGRCI aprovou a adoção do sistema ForRisco, disponibilizado na Plataforma For, mantida pela Setec/MEC. Quanto à metodologia do processo de gerenciamento de riscos, adotou-se a norma técnica da ABNT NBR 31000:2018, além de regulamentações e boas práticas na Administração Pública.

2.3 ESTRUTURA DO MODELO DE GESTÃO DE RISCOS

O sistema ForRisco, disponibilizado em nuvem com o suporte da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) em parceria com o MEC, tem como objetivo estruturar e gerenciar, de forma eficaz, os riscos institucionais. A plataforma foi desenvolvida para atender às recomendações da ISO 31000:2018 de Gestão de Riscos, entre outros modelos de metodologia, garantindo uma abordagem alinhada às melhores práticas internacionais.

Já a norma técnica ABNT ISO 3100:2018 oferece um processo consistente e uma estrutura abrangente para garantir que o risco seja gerenciado de forma eficaz, eficiente e coerente, o que justifica sua escolha diante da necessidade de adoção de um modelo abrangente e reconhecido nacionalmente, capaz de atender às demandas e aos desafios da instituição. Com base na norma técnica ISO 31000:2018, o processo de gerenciamento de riscos compreende as seguintes etapas: atividades de estabelecimento de escopo, contexto e critérios; identificação, análise e avaliação de riscos (processo de avaliação de riscos); tratamento de riscos; monitoramento e análise crítica; comunicação e consulta; e registro e relato. Cada etapa visa atingir os objetivos específicos do processo de gerenciamento de riscos.

Quanto à matriz de riscos, o IFMS optou por adotar o modelo da matriz de riscos da CGU representada pela figura abaixo.

MATRIZ DE RISCOS

PROBABILIDADE							
	Muito alta	5	5 - Moderado	10 - Alto	15 - Crítico	20 - Crítico	25 - Crítico
	Alta	4	4 - Moderado	8 - Alto	12 - Alto	16 - Crítico	20 - Crítico
	Moderada	3	3 - Pequeno	6 - Moderado	9 - Alto	12 - Alto	15 - Crítico
	Baixa	2	2 - Pequeno	4 - Moderado	6 - Moderado	8 - Alto	10 - Alto
	Muito baixa	1	1 - Pequeno	2 - Pequeno	3 - Pequeno	4 - Moderado	5 - Moderado
			1	2	3	4	5
			Insignificante	Pequeno	Moderado	Grande	Caótico
			IMPACTO				

Fonte: adaptado da Matriz de Riscos da CGU (Brasil, 2021, p. 27-28).

2.4 DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Com relação às ações planejadas para a gestão de riscos em 2025, encontram-se previstas capacitações e gerenciamento de riscos nas unidades do IFMS.

Essas ações têm como principais objetivos o fortalecimento da cultura de gestão de riscos e a garantia da efetividade desse processo em todos os níveis organizacionais, promovendo, assim, uma gestão mais robusta e resiliente, capaz de antever e reagir aos desafios e eventos internos e externos da instituição.

O IFMS, ao implementar o PDI 2024-2028, enfrenta desafios estratégicos que podem impactar a eficiência e capacidade de cumprir sua missão educacional. Entre os principais fatores estão limitações orçamentárias e de pessoal, que exigem esforço institucional voltado à captação de recursos externos, receitas e gestão eficiente para evitar prejuízos a projetos estratégicos e infraestrutura.

O possível atraso de repasses federais diante da imprevisibilidade do cenário orçamentário nacional compromete o planejamento e os investimentos em infraestrutura, a contratação de terceirizados e a manutenção de projetos estratégicos, impactando diretamente a capacidade de funcionamento da instituição. Assim, a gestão tem fortalecido sua articulação política com a bancada federal, além de acompanhar a execução e prestação de contas dos Termos de Execução Descentralizados (TEDs) firmados, visando consolidar o IFMS como uma instituição que retorna o recurso público para a sociedade na forma de educação de qualidade, pesquisa, inovação tecnológica e desenvolvimento regional.

Influenciada diretamente pela articulação política, a expansão do IFMS também depende do apoio dos Ministérios e Parlamentos. O **Estudo Preliminar de Expansão** do IFMS foi aprovado pelo Conselho Superior em março de 2024 e, além dos dois municípios anunciados pelo Governo Federal para a expansão em Mato Grosso do Sul, o referido documento identificou, como primeira necessidade, a criação de mais um campus na capital.

Apesar dos riscos decorrentes das limitações orçamentárias e de pessoal para a condução dos processos licitatórios — desde a elaboração do projeto até a aquisição de mobiliário para as salas de aula —, a ampliação do acesso à educação tecnológica e profissional permanece como prioridade. O aumento da oferta de ensino público e gratuito, a expansão da inclusão social e o impacto positivo no desenvolvimento regional, especialmente ao atender às demandas específicas do mundo de trabalho local, justificam os esforços para a superação desses desafios.

Avaliação sobre uma possível expansão do IFMS

2.4 DESAFIOS E PERSPECTIVAS

A evasão e a retenção de estudantes são desafios centrais para o IFMS e estão contemplados no Planejamento Estratégico Institucional de Permanência e Êxito dos Estudantes (Peipee), atualmente em fase de atualização. O Plano inclui o diagnóstico das causas desses problemas e a implementação de ações administrativas e pedagógicas para ampliar as oportunidades de permanência e sucesso de estudantes, considerando as particularidades regionais. Além disso, a manutenção dos auxílios estudantis e a busca por novas parcerias para financiar projetos de apoio têm sido prioridades constantes da Pró-Reitoria de Ensino, em colaboração com os campi. Nesse contexto, a alimentação escolar se destaca como um dos pilares fundamentais para garantir a permanência e o êxito de estudantes.

Em 2024, iniciou-se a autogestão da alimentação escolar no IFMS. Dos dez campi da instituição, nove ofertam alimentação gratuitamente a estudantes. A 'merenda quente' é disponibilizada em Aquidauana, Corumbá, Coxim, Naviraí e Três Lagoas. Já a 'merenda fria', cujos alimentos não são cozidos no local, é servida em Campo Grande, Dourados, Nova Andradina e Ponta Porã. No Campus Jardim, a previsão é de que a alimentação escolar seja ofertada a partir de 2025.

A análise do perfil dos estudantes, sob a perspectiva do Questionário Socioeconômico (QSE), é apresentada no item 3.4.1 deste Relatório. Os dados revelam que 17% dos alunos possuem renda familiar de até um salário mínimo per capita e 0,5% realizam apenas uma refeição por dia.

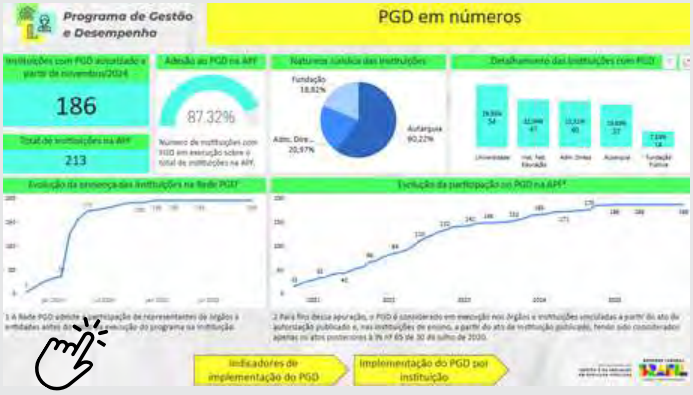
O cenário regulatório também apresenta incertezas, com mudanças nas políticas educacionais e legislativas impactando a autonomia e o planejamento institucional. Questões de gestão de pessoas, como reposição de servidores e capacitação contínua, são cruciais para garantir a qualidade do ensino e continuidade das atividades administrativas.

A possibilidade de greves e novas crises pandêmicas deve ser considerada como um risco permanente no planejamento institucional, uma vez que, diante do histórico, impactam diretamente a atuação do IFMS. Trata-se de um cenário que exige atenção, sendo necessárias estratégias preventivas, além de planos de contingência que garantam a continuidade das atividades e minimizem os efeitos negativos, assegurando a resiliência e a eficácia das ações institucionais perante situações imprevisíveis.

2.4 DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Soma-se a isso a adequação ao novo modelo de Programa de Gestão por Desempenho (PGD), que requer modernização de processos e maior flexibilidade na gestão de pessoas — porém, configura-se como atrativo para valorização e permanência de servidores nas instituições. Segundo o Painel do PGD, disponibilizado pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) por meio do link: https://www.gov.br/servidor/pt-br/assuntos/programa-de-gestao/painelimplementacaopgd, houve uma crescente adesão de instituições ao Programa desde 2023. Ao final de 2024, o Painel registrou 185 instituições com o PGD autorizado.

Painel PDG em números



Assim, a perspectiva é de que o novo PGD, que visa modernizar a gestão, promovendo o alinhamento das atividades individuais de servidores com os objetivos estratégicos da instituição, permaneça vigente no IFMS, fortalecendo a gestão com foco em resultados, eficiência e inovação, otimizando recursos, modernizando serviços, promovendo planejamento estratégico, melhoria contínua, retenção de talentos, qualidade de vida dos servidores e sustentabilidade ambiental. O desenvolvimento do PGD no IFMS é abordado no item 3.4.7 deste Relatório.

Paralelamente, o IFMS enfrenta a necessidade de acompanhar os avanços tecnológicos e as demandas do mercado, exigindo atualização contínua de gestores, investimentos em tecnologia e adequações ao cenário atual.

O tema **Inteligência Artificial** (IA), embora tenha sido muito debatido nas últimas décadas, ganhou destaque na declaração final da Cúpula de Líderes do G20, realizada em novembro de 2024, destacando o avanço acelerado da IA, seu impacto direto na economia digital global e a necessidade de uma abordagem regulatória que promova a inovação tecnológica. Em que pese o lançamento do Plano Brasileiro de Inteligência Artificial — *IA para o Bem de Todos* e o Projeto de Lei que dispõe sobre o desenvolvimento, fomento e uso ético e responsável da Inteligência Artificial com base na centralidade da pessoa humana, a governança sobre a IA no IFMS também é uma preocupação da gestão. Assim, com a publicação da atualização do Regimento Geral, criou-se a Coordenação de Inovação e Tecnologias Inteligentes, responsável por elaborar estratégias e projetos para a utilização de ferramentas tecnológicas voltadas à eficiência e produtividade da instituição. Ainda, por meio da Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação, projetos com propostas para ampliação da infraestrutura de laboratórios de Ciência e Tecnologia (C&T) dos campi foram desenvolvidos ao longo de 2024.

2.5 ANÁLISE PRELIMINAR DOS RISCOS DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Com base nos objetivos estratégicos definidos no PDI 2024-2028 e considerando o histórico apresentado nos Relatórios de Gestão dos exercícios anteriores, ainda que a gestão de riscos não tenha sido efetivamente implementada no IFMS, uma análise preliminar dos riscos dos objetivos estratégicos do PDI vigente foi realizada pelo Núcleo de Gestão de Riscos, vinculado à Diretoria de Gestão Sistêmica, Governança, Riscos, Transparência e Inovação Pública, e convalidada pelos setores responsáveis pelos riscos na instituição.

Nesse processo, foram identificados, a priori, três possíveis riscos para cada objetivo estratégico, incluindo fontes, impactos, probabilidades, oportunidades, perspectivas e ações de mitigação correspondentes. Ressalta-se que os riscos identificados foram validados pelos seus respectivos proprietários e não são taxativos, podendo ser revisados e atualizados conforme necessário.

2.5 ANÁLISE PRELIMINAR DOS RISCOS DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

A tabela a seguir apresenta três riscos classificados como críticos, extraídos do Painel de Gestão de Riscos, destacados por sua influência direta no desempenho dos estudantes, na reputação do IFMS e na capacidade da instituição de promover inovação e desenvolvimento. Esses riscos exigem ações imediatas e estratégicas. Contudo, é essencial ressaltar que os demais riscos identificados também são relevantes e devem ser continuamente monitorados e gerenciados para garantir o sucesso e a sustentabilidade do IFMS, alinhando-se aos seus objetivos institucionais.

N.	Objetivo Estratégico	Risco	Fonte	Nível	Oportunidade
1	ES - 1 Elevar a permanência e o êxito dos estudantes	Estudantes ingressantes podem enfrentar dificuldades para se adaptar ao ritmo e à metodologia do ensino	Falta de preparo no ensino ou desconhecimento das demandas acadêmicas	Crítico	Implementação de programas de nivelamento e mentoria para calouros
2	GI - 1 Fortalecer a relação da instituição com a comunidade interna e com a sociedade local/regional	Desconhecimento das atividades e projetos promovidos pelo IFMS	Falta de estratégias direcionadas e ausência de planejamento conjunto entre setores e comunicação	Crítico	Aumento da visibilidade institucional e engajamento comunitário
3	GI - 4 Incentivar e promover o desenvolvimento dos servidores pelas capacitações e qualificações para o alcance dos objetivos da instituição	Desatualização das competências dos servidores	Rápida evolução tecnológica e falta de programas de capacitação contínua	Crítico	Desenvolver programas contínuos de capacitação que acompanhem as inovações tecnológicas e necessidades institucionais